

COMPILADO

de produções do

CAOCRIM/MPPB

2021 | 2025



COMPILADO DE PRODUÇÕES DO CAOCRIM/MPPB (2021-2025)

- APRESENTAÇÃO -

O compilado consolida a produção do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais e de Execução Penal (CAOCRIM) do Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB), abrangendo o período de setembro de 2021 a agosto de 2025. Trata-se de um repositório que evidencia a atuação do órgão na orientação e na busca pelo aprimoramento das atividades ministeriais na seara penal e de execuções penais. Os materiais aqui indexados, cujos conteúdos integrais estão acessíveis por meio de *links* sobre cada título, refletem o compromisso do CAOCRIM com a unidade da atuação institucional.

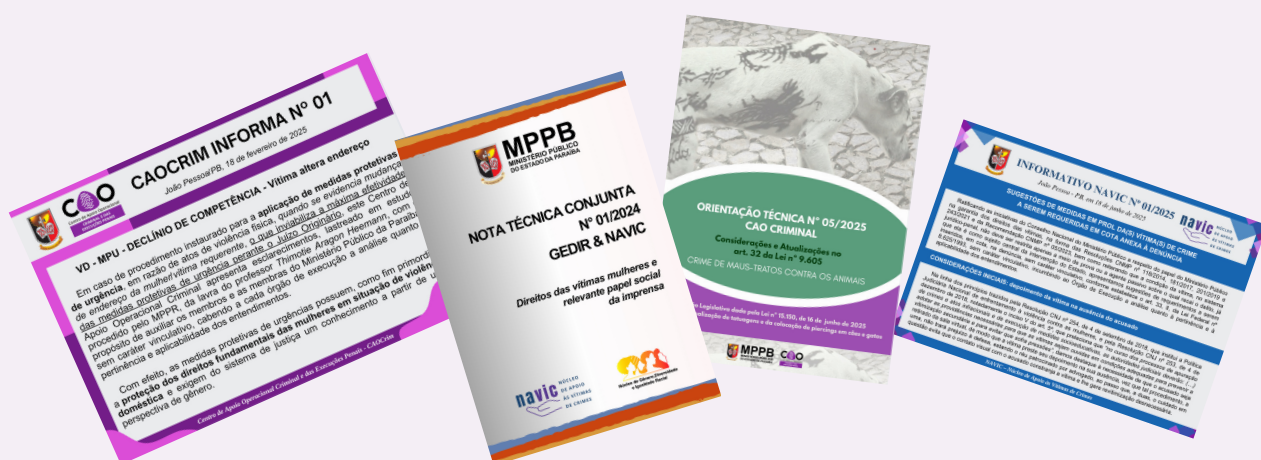
Durante esse lapso temporal, o Centro de Apoio buscou robustecer o papel do Ministério Público da Paraíba na esfera penal. Suas atividades foram pautadas na articulação interinstitucional, na qualificação contínua de membros e de servidores e notadamente na proteção dos direitos das vítimas de crimes, missão precípua do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes (NAVIC). A cooperação com outros órgãos do sistema de justiça, como o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e as forças de segurança, foi uma tônica, materializada em termos de cooperação técnica voltados à efetivação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e à gestão da monitoração eletrônica de agressores em casos de violência doméstica.

A produção técnico-jurídica do CAOCRIM resta consubstanciada na emissão de 49 orientações técnicas e de 23 orientações conjuntas, que versaram sobre temas correlatos à atuação diária dos(as) Promotores(as) de Justiça. Dentre os assuntos abordados, destacam-se a nova sistemática de arquivamento de inquérito; o juízo da garantia; a proteção de vítimas e de testemunhas e as nuances do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Temas como execução penal, crimes cibernéticos, violência doméstica, racismo e o ingresso forçado em domicílio também foram objeto de orientações.

Adicionalmente, o órgão estabeleceu canais de comunicação ágil por meio das séries "CAOCRIM INFORMA" e "INFORMATIVO NAVIC". Esses informativos foram criados para a célere divulgação de destaques jurisprudenciais, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, e para a disseminação de notas sobre temas práticos e urgentes. Exemplos incluem os comunicados sobre a fixação de danos morais coletivos em crimes de tráfico, a prerrogativa ministerial na proposição de cláusulas do ANPP e a abordagem do porte de maconha para uso pessoal pelo STF. O "INFORMATIVO NAVIC", por sua vez, focou em garantir os direitos das vítimas, orientando sobre a remessa de cópia da denúncia e a necessidade de requerer expressamente o valor mínimo para reparação de danos, por exemplo.

Visando à padronização de procedimentos e à disseminação de boas práticas, o órgão elaborou uma série de manuais, guias práticos e informativos. Notabilizam-se o "Manual para Formalização de Acordos de Não Persecução Penal", o "Guia Prático sobre a Nova Sistemática de Arquivamento", guias voltados para audiências de custódia e para a oitiva de vítimas de crimes sexuais, além de cartilhas sobre os direitos das vítimas. Tais ferramentas foram concebidas, para consolidar o conhecimento e para alinhar a atuação ministerial em todo o Estado, conferindo maior segurança jurídica e eficiência aos serviços prestados à sociedade paraibana.

Em suma, o compilado de produções do CAOCRIM no período de 2021 a 2025 demonstra o esforço contínuo do Ministério Público da Paraíba em qualificar sua intervenção no sistema de justiça criminal. A diversidade e a profundidade dos materiais correspondem à necessidade de uma atuação proativa, atenta às reformas legislativas, aos precedentes dos Tribunais Superiores e às demandas sociais, reafirmando o escopo constitucional do *Parquet* como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 01/2021

Crimes cibernéticos

Orientações de atuação institucional na seara penal.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 02/2021

Interrogatório por videoconferência

Orientações sobre questionamentos no tocante à prática da realização de interrogatório por videoconferência, sob a alegação de que fere a observação expressa da regra geral segundo a qual o réu deve ser interrogado pessoalmente pelo juiz.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 03/2021

Execução penal – cômputo em dobro da pena

Orientações quanto à possibilidade ou não de contagem em dobro do tempo de pena cumprida em condições degradantes.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 04/2021

Imprescindibilidade de laudo toxicológico

Orientações acerca da viabilidade jurídica da dispensa dos laudos toxicológicos definitivos nos delitos de posse de drogas.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 05/2021

Consentimento de entrada em domicílio - flagrante de entorpecente

Orientações no tocante ao consentimento de entrada em domicílio, no caso de flagrante em apreensão de entorpecentes.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 06/2021

Estelionato e representação da vítima

Orientações sobre a modificação da natureza da ação penal no delito de estelionato, que passou a ser, em regra, de iniciativa pública condicionada à representação da vítima.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 07/2021

Reconhecimento de pessoas e art. 226 do CPP

Discussão sobre o julgado da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 27.10.2020, no bojo do Habeas Corpus nº 598.886/SC.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 08/2021

Notificação compulsória em casos de violência contra a mulher

Trata de casos em que a mulher for atendida em serviços de saúde, sejam públicos ou privados, ao fornecer instrumentos que potencializam a ação da rede de proteção e a persecução penal do agressor, observadas algumas condições.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 09/2021

Discussões relevantes no âmbito da violência doméstica

Trata da violência psicológica e faz considerações sobre a conveniência da aplicabilidade da audiência prevista no art. 16 da Lei Maria da Penha, sobre o valor probatório da palavra da vítima, sobre os efeitos da sentença condenatória e sobre o direito da vítima ao ressarcimento de danos.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 10/2021

Coletânea de estudos acerca da cadeia de custódia de vestígios

Orientações acerca do procedimento padronizado e sequencial que tem o objetivo de resguardar a prova criminal, desde a sua coleta, transporte, recebimento, análise e armazenamento, sendo todas essas etapas acompanhadas por responsável que deve documentar e garantir que nenhum vestígio se perca ou seja adulterado, a fim de garantir a autenticidade do elemento probatório.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 11/2021

Interrogatório judicial e direito ao silêncio parcial

Trata da possibilidade de exercício do direito ao silêncio, de forma parcial, no interrogatório.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 12/2021

Racismo e injúria qualificada

Trata da possibilidade ou não de proposta de ANPP em casos de injúria qualificada.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 01/2022

Direito das vítimas - reparação danos cíveis

Abarca a reparação civil à vítima em decorrência do crime sofrido, conforme disposto no art. 245 da Constituição Federal e arts. 63 a 68 e 387, IV, do CPP.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 02/2022

Bloqueio de vias públicas

Sobre manifestações que bloqueiam vias públicas, afetando, dentre outros, o direito de ir e vir da população.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 03/2022

Ingresso domiciliar - consentimento do morador

Pesquisa jurisprudencial temática correlata especificamente ao tráfico de drogas, em situações de justa causa para o ingresso forçado em domicílio.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 04/2022

Direito do réu ao silêncio

Atualização da Orientação Técnica nº 11/2021.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 05/2022

Aspectos práticos para execução da pena de multa

Explicita que o Ministério Público é o titular da legitimidade prioritária para executar a multa, cuja competência é da Vara de Execução Penal, sendo processada segundo o rito da LEP.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 06/2022

Funcionários Fantasmas

Fomenta a identificação e a punição de servidores fantasmas como destaque institucional, com foco primordial na investigação.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 07/2022

Cadeia de Custódia de Vestígios

Orienta sobre a normativa da Cadeia de Custódia, notadamente com pertinência a material de informática apreendido em investigações criminais no âmbito do Ministério Público do Estado da Paraíba.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 01/2023

Considerações acerca do indulto objeto do Decreto nº. 11.302, de 22.12.2022

Ressalta alguns aspectos referentes aos principais dispositivos do Decreto em referência.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 02/2023

Medidas de garantia ao direito das vítimas

Reforça a necessidade de inclusão, nas denúncias, de pedido expresso, para que o Juiz determine a notificação da vítima (ou de seus familiares), dando ciência de que houve propositura de ação penal pelo Ministério Público, com envio de cópia da inicial acusatória para conhecimento, bem como que se requeira fixação de valor mínimo para reparação dos danos materiais e morais causados pela infração.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 03/2023

Considerações acerca da Resolução CNJ nº 484/2022

Trata sobre a limitação do poder regulamentador do CNJ a respeito do reconhecimento de pessoas.

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 04/2023

Racismo e injúria qualificada

Orienta que se evite a aplicação de qualquer instrumento de consenso nos procedimentos investigatórios e processos criminais envolvendo os crimes de racismo, compreendidos aqueles tipificados na Lei nº 7.716/89, com as alterações trazidas pela Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 05/2023

Depoimento especial, escuta especializada e depoimento sem dano

Abarca as demandas em que figurem jovens e infantes como vítimas ou testemunhas de atos de violência física, psicológica, sexual ou institucional.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 06/2023

ANPP e os Tribunais Superiores

Trata da possibilidade de realização de Acordo de Não Persecução Penal quanto a fatos ocorridos antes da Lei nº. 13.964/2019.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 07/2023

Da proteção de vítimas e testemunhas, quando do reconhecimento pessoal em juízo

Argumenta que, quando a presença do reconhecendo causar qualquer tipo de constrangimento à vítima ou à testemunha, pode ser aplicado, por analogia, o art. 217 do CPP ao ato do reconhecimento pessoal em juízo, podendo ele ser realizado, inclusive, por videoconferência, posto que a separação visual entre vítima/testemunha e réu não viola os princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que o ato será acompanhado pelo defensor do acusado.

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 08/2023

Injúria qualificada pelo preconceito

Orienta que não sejam aplicados institutos despenalizadores em relação às figuras típicas absorvidas pela Lei nº 7.716/1989 (Lei do Crime Racial), para condutas criminosas praticadas a partir da vigência da Lei nº 14.532/2023, notadamente quanto à injúria com uso de expressões atinentes à raça, à cor, à etnia ou à procedência nacional (origem).

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 09/2023

ANPP - Conceito de “conduta criminal habitual, reiterada ou profissional”

Versa sobre a possibilidade de proposta de ANPP nos casos em que a propositura da ação penal depende de iniciativa do ofendido, bem como discorre acerca do conceito de “conduta criminal habitual, reiterada ou profissional”.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 10/2023

ANPP - Imprescindibilidade da confissão

Também traz considerações acerca da necessidade de prognose da pena para aferição de viabilidade de proposta de tal acordo em casos de tráfico privilegiado.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 11/2023

Juízo de Garantias

Orienta sobre os procedimentos que devem ser adotados pelos membros do MPPB para cumprimento do determinado pelo STF nos itens 4, 20 e 21 da Ata de Julgamento das ADI's 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 01/2024

Temas em Execução Penal

Encaminhamento de tabela comparativa de decisões das duas Turmas e da 3ª Seção do STJ, bem como do STF, além de referência aos respectivos pareceres da PGR.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 02/2024

Roteiro Auxiliar Para Classificação das Armas de Fogo e Munições

Ponte entre a materialidade demonstrada nos laudos e o disposto no Decreto nº 11.620/2023, de forma a promover a correta tipificação da prática delitiva ou o afastamento dessa tipicidade.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 03/2024

Busca e Apreensão. Inviolabilidade de domicílio.

Posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito dos requisitos para ingresso das forças de segurança em domicílio.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 04/2024

Fixação de danos materiais coletivos

Material para uso em alegações finais e em recursos pela prática de crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 05/2024

Tópicos sobre o Júri: art. 479 do Código de Processo Penal

Com o escopo de servir de fonte de consulta rápida e auxiliar na atividade diária de defesa da vida, no plenário do Tribunal do Júri.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 07/2024

Saída temporária e trabalho externo sem vigilância direta

Orienta a respeito da aplicabilidade, no tempo, do art. 122, § 2º, da Lei nº 7.210/1984, alterado pela Lei nº 14.843/2024.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 08/2024

Interrogatório seletivo

Discorre sobre a possibilidade e sobre a viabilidade de autorização de participação de réu foragido em audiência por videoconferência.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 09/2024

Prorrogação de prazos de investigações em sede de PIC

Consequências decorrentes do julgamento das ADIs n. 2.943/DF, n. 3.309/DF e n. 3.318/MG pelo STF.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 10/2024

Descriminalização do porte de maconha para uso pessoal

Trata do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário n. 635.659/SP, submetido à sistemática de Repercussão Geral (Tema 506/STF).

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 11/2024

Apreensão de aparelho celular em unidade prisional

Informa acerca da existência de posicionamento no sentido de que o crime previsto no artigo 349-A, do Código Penal, não se aperfeiçoa a essa hipótese, limitando-se a configurar falta administrativa.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 12/2024

Hipóteses práticas para manejo de correção parcial

A título de auxílio prático, informa-se ainda que peças que podem servir de modelo à construção das minutas correlatas estão disponíveis, na Extranet, através do seguinte caminho de acesso: Extranet – Serviços – Centros de Apoio Operacionais – CAO Criminal – Arquivos – Modelos Correção Parcial.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 13/2024

Execução imediata da pena aplicada pelo Tribunal do Júri

Trata da seguinte tese: "A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada".

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 14/2024

Parâmetros para a dosimetria das medidas fixadas na celebração de ANPP

Traz sugestão prática de Parâmetros para a Dosimetria das Medidas Fixadas na Celebração de Acordo de Não Persecução Penal.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 01/2025

Destinação de veículo adquirido com dados de identificação adulterados

Pondera-se que o objeto deve ser (conforme sugerido em previsão da Lei nº 19.262, de 20 de abril de 2016), nos casos em que não puder voltar à circulação, encaminhado para desmontagem.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 02/2025

Análise do indulto de 2024

Trata do Decreto nº 12.338/2024, que foi publicado e entrou em vigor no dia 23 de dezembro de 2024, estabelecendo a concessão de indulto natalino e a comutação de penas.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 03/2025

Retroatividade do ANPP e fundamentação na recusa

Discorre sobre o julgamento do HC 185913/DF pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 04/2025

Supressão da placa do veículo - art. 311 CP

Demonstra que a Lei nº 14.562/2023 ampliou o leque de condutas criminalmente puníveis, no que se refere à adulteração de sinais identificadores de veículos, promovendo a ampliação da figura típica.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 05/2025

Crimes de Maus-Tratos contra os animais

Considerações e Atualizações no art. 32 da Lei nº 9.605. Inovação Legislativa dada pela Lei nº 15.150, de 16 de junho de 2025. Vedação de tatuagens e da colocação de *piercings* em cães e gatos.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 06/2025

A repressão ao crime nas dependências de instituições de ensino

Considerações acerca da nova Lei nº 15.159, de 3 de julho de 2025. Crimes em instituições de ensino: nova qualificadora genérica e ampliação do rol de crimes hediondos. Recomendações práticas do MPPB e do Behavioral Analysis Unit (BAU) - FBI.

ORIENTAÇÕES CONJUNTAS

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2021 - em parceria com o CAO SAÚDE & o CAO CIDADANIA ***Notificação compulsória em casos de violência contra a mulher.***

Trata de casos em que a mulher for atendida em serviços de saúde, sejam públicos ou privados, ao fornecer instrumentos que potencializam a ação da rede de proteção e a persecução penal do agressor, observadas algumas condições.

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2022-A – em parceria com o CAO CIDADANIA & GEDIR ***Aplicabilidade da Lei Maria da Penha nas relações homoafetivas.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2022-B – em parceria com o CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO ***Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2022-C – em parceria com o CAO CRIANÇA E ADOLESCENTE ***Alterações legislativas realizadas pela Lei Henry Borel.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2022-D – MPPB, MPF & MPT (em parceria) ***Orientações quanto ao tratamento de pessoas de acordo com sua identidade de gênero nas escolas de ensino fundamental, médio, inclusive nos cursos de educação profissional técnica e superior.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2022-E – em parceria com o CAO CÍVEL & o CAO FAMÍLIA ***Combate à inadimplência de pagamento de pensão alimentícia mediante interposição de ações penais por crime de abandono material de crianças, adolescentes e pessoas incapazes.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2023-A – em parceria com a PGJ & a CGMP ***Procedimentos a serem adotados para cumprimento das determinações do Supremo Tribunal Federal, nos itens 4, 20 e 21 da Ata de Julgamento das ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2023-B – em parceria com o NCAP ***Padronização de condutas e comportamentos operacionais na realização de abordagens policiais.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2023-C – PGJ, NGCSI, NCAP & TODOS OS CAOS (em parceria) ***Orientações acerca da adoção de protocolo na cobertura jornalística de eventuais ataques contra escolas.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2023-D – em parceria com TODOS OS CAOS ***Trata de Comunidades Terapêuticas.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2023-E – em parceria com TODOS OS CAOS ***Trata de Comunidades Tradicionais.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 02/2023-A - em parceria com a PGJ & a CGMP ***Direitos de informação, assistência, proteção, participação e reparação dos danos materiais e morais às vítimas de crimes.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 02/2023-B – em parceria com TODOS OS CAOS

Orientações quanto à proibição de uso de fogos de artifício sonoros.

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 04/2023 – em parceria com o CAO CIDADANIA ***Racismo e injúria qualificada.***

Orienta que se evite a aplicação de qualquer instrumento de consenso nos procedimentos investigatórios e nos processos criminais envolvendo os crimes de racismo, compreendidos aqueles tipificados na Lei nº 7.716/89, com as alterações trazidas pela Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 08/2023 – em parceria com o CAO CIDADANIA ***Injúria qualificada pelo preconceito.***

Orienta que não sejam aplicados institutos despenalizadores em relação às figuras típicas absorvidas pela Lei nº 7.716/1989 (Lei do Crime Racial), para condutas criminosas praticadas a partir da vigência da Lei nº 14.532/2023, notadamente quanto à injúria com uso de expressões atinentes à raça, à cor, à etnia ou à procedência nacional (origem).

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2024-A – em parceria com o GEDIR & o NAVIC ***Direito das vítimas mulheres e relevante papel social da imprensa.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2024-B - em parceria com a PGJ & a CGMP ***Nova sistemática de arquivamento.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 01/2025 – em parceria com o GEDIR & o NAVIC ***Impacto negativo decorrente da fixação de prazo em MPU.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 02/2025 – em parceria com o CAO FAMÍLIA & o CAO CRIANÇA E ADOLESCENTE ***Atuação Interseccional com Perspectiva de Gênero.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 03/2025 – em parceria com o GEDIR ***Violência Psicológica com uso de Inteligência Artificial.***

ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 04/2025 – em parceria com o GEDIR ***“Front Door Monitoring” e Lei Maria da Penha. Inovação Legislativa: a Lei nº 15.125/2025. Monitoramento Eletrônico c/c Medidas Protetivas de Urgência c/c “Botão do Pânico”.***

ORIENTAÇÃO TÉCNICA CONJUNTA nº 05/2025 – Lei nº 14.857/2024 - em parceria com a CGMP, o NAVIC & o GEDIR ***Trata do sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.***

ORIENTAÇÃO EM CARÁTER GERAL CONJUNTA Nº 01/2025 - em parceria com a CGMP, o GEDIR & o NAVIC

Orienta os membros e servidores do Ministério Público do Estado da Paraíba em relação ao cumprimento do artigo 17-A da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), inserido pela Lei n.º 14.857/2024, que estabeleceu o sigilo do nome da ofendida nos procedimentos e processos que apurem crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.



CAOCRIM INFORMA

CAOCRIM INFORMA nº 01/2024

Destaque Jurisprudencial – STJ – Fundada Suspeita.

CAOCRIM INFORMA nº 02/2024

A utilização de simulacro de arma configura a elementar grave ameaça do tipo penal do roubo, subsumindo à hipótese legal que veda a substituição da pena.

CAOCRIM INFORMA nº 03/2024

Sugestão de pedido a ser inserido em cota de oferecimento de denúncia em prol da vítima de crime.

CAOCRIM INFORMA nº 04/2024

Destaque Jurisprudencial – STJ – fixação de danos morais coletivos no tráfico.

CAOCRIM INFORMA nº 05/2024

Pesquisa Jurisprudencial Temática – realização de exame criminológico.

CAOCRIM INFORMA nº 06/2024

Cabe indulto às penas de multa que sejam decorrentes de condenações oriundas de tráfico de drogas?

CAOCRIM INFORMA nº 07/2024

Armas de fogo - Portaria Conjunta C Ex DG - PF 2, de 6 de novembro de 2023.

CAOCRIM INFORMA nº 08/2024

Orienta sobre a possibilidade de doação de sangue como prestação social alternativa no cumprimento de pena ou como cláusula alternativa a ser acordada em ANPP.

CAOCRIM INFORMA nº 09/2024

Destaque Jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça – Quinta Turma admite fixação de indenização por dano moral coletivo no processo penal.

CAOCRIM INFORMA nº 10/2024

Standard probatório mínimo - Síntese de situações em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a existência de justa causa para o ingresso em domicílio, sem autorização judicial, em casos de tráfico de drogas.

CAOCRIM INFORMA nº 11/2024

Teses fixadas em julgamento de recursos repetitivos pelo STJ em matéria penal.

CAOCRIM INFORMA nº 12/2024

Acórdão do TJMG que, cumprindo determinação do STJ, fixou danos morais coletivos em razão da condenação pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico em 10/04/2024.

CAOCRIM INFORMA nº 13/2024

Divulgação de decisão que, por unanimidade, reconheceu a prerrogativa ministerial de propor as cláusulas do ANPP.

CAOCRIM INFORMA nº 14/2024

Divulgação de Acórdão do TJPB, através da qual se decidiu que “a leitura dos depoimentos prestados na fase extrajudicial é essencial, para que as testemunhas confirmem ou alterem a versão que já apresentaram para os fatos, servindo para auxiliar a instrução do feito”.

CAOCRIM INFORMA nº 15/2024

Porte de maconha para uso pessoal - RE 635.659 (Tema 506)

CAOCRIM INFORMA nº 16/2024

ANPP em tráfico privilegiado

CAOCRIM INFORMA nº 17/2024

Sugestão de roteiro para a análise do cabimento de ANPP em processos em tramitação – decisão do STF proferida no HC 185913 - SP

CAOCRIM INFORMA nº 18/2024

Gravação de sessão do júri

CAOCRIM INFORMA nº 19/2024

Pesquisa Jurisprudencial Temática – Entorpecentes

CAOCRIM INFORMA nº 01/2025

MPU - Mudança de domicílio da vítima

CAOCRIM INFORMA nº 02/2025

Comunicação à vítima e afastamento do apenado

CAOCRIM INFORMA nº 03/2025

Encaminhamento em audiência de custódia - CAPS AD III

CAOCRIM INFORMA nº 04/2025

Recusa Fundamentada de ANPP

CAOCRIM INFORMA nº 05/2025

Tema Repetitivo 1155 do STJ

CAOCRIM INFORMA nº 06/2025

Compartilhamento de informações pelo IPC – PB com vistas a auxiliar na elaboração de solicitações de exames periciais.

CAOCRIM INFORMA nº 07/2025

Lei nº 15.134, de 6 de maio de 2025, alterou o Código Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e a Lei nº 12.694/2012, para aumentar a proteção a membros do sistema de justiça e seus familiares, quando vítimas de crimes cometidos em razão do exercício de suas funções.

CAOCRIM INFORMA nº 08/2025

Breve análise das Leis n.º 15.160 e n.º 15.163, ambas de 3 de julho de 2025.

CAOCRIM INFORMA nº 09/2025

Jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de subsidiar e fortalecer a atuação ministerial.

CAOCRIM INFORMA nº 10/2025

A inaplicabilidade dos Princípios da Insignificância e da Adequação Social ao Crime de Furto de Cabos e Fios.



INFORMATIVOS NAVIC

INFORMATIVO NAVIC nº 01/2024

Remessa de cópia da denúncia à vítima

INFORMATIVO NAVIC nº 02/2024

Indicação expressa do valor mínimo de reparação

INFORMATIVO NAVIC nº 03/2024

Lei Mariana Ferrer

INFORMATIVO NAVIC nº 01/2025

Sugestões de requerimentos a serem inseridos em cota anexa à denúncia

INFORMATIVO NAVIC nº 02/2025 - em parceria com o GEDIR

Plano Municipal de Metas de prevenção e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher

INFORMATIVO NAVIC Nº 03/2025 - em parceria com o GEDIR

Da Resolução CNJ nº 492/2023 e da Lei nº 14.245/2021 (Lei Mari Ferrer)



PARECERES EM SOLICITAÇÃO DE APOIO

Parecer em solicitação de apoio nº 01 2022

Violência doméstica: substituição do laudo pericial por prova testemunhal

Parecer em solicitação de apoio nº 02 2022

Execução Penal: monitoramento dos locais de execução da pena

Parecer em solicitação de apoio nº 03 2022

Possibilidade de estupro em ambiente virtual

Parecer em solicitação de apoio nº 04 2022

Execução Penal: fiscalização do cumprimento das condições do regime aberto

Parecer em solicitação de apoio nº 05 2002

Princípio da insignificância

Parecer em solicitação de apoio nº 06 2022 A – em parceria com o CAO CRIANÇA E ADOLESCENTE

Cigarro Eletrônico

Parecer em solicitação de apoio nº 06 2022 B

Reparação à vítima em ANPP por crime culposos

Parecer em solicitação de apoio nº 07 2022

Ingresso em domicílio sem mandado judicial

Parecer em solicitação de apoio nº 01 2023

Reconhecimento pessoal em juízo

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo de Cooperação Técnica nº 01/2021, celebrado com a Defensoria Pública da Paraíba.

Objetiva tornar efetiva a possibilidade de celebração de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) com investigados por infrações penais que se enquadrem no disposto no art. 28-A do CPP.

Termo de Cooperação Técnica nº 09/2025, celebrado com o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Defensoria Pública da Paraíba, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e a Delegacia Geral de Polícia Civil.

Objetiva promover ações coordenadas e integradas para a implementação de fluxo estadual interinstitucional para gestão, avaliação e fiscalização da monitoração eletrônica de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

GUIAS PRÁTICOS

Outubro 2021

MANUAL PARA FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – 2ª edição

Agosto 2022

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA PARA MEMBROS DO MPPB – NGC

Setembro 2023

CARTILHA JUSTIÇA COMEÇA PELA VÍTIMA – PATRIMÔNIO & CRIANÇA E ADOLESCENTE

Novembro 2023

GUIA PRÁTICO PARA AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA (PLANTÃO CRIMINAL)

Maio 2024

GUIA PRÁTICO SOBRE A NOVA SISTEMÁTICA DE ARQUIVAMENTO

Orientação Técnica nº 06/2024 - À luz da Resolução CNMP nº 289/2024 e da decisão do STF proferida nas ADIs nº 2.943, nº 3.309 e nº 3.318.

Junho 2024

GUIA PRÁTICO PARA OITIVA DE VÍTIMAS DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL - em parceria com o NAVIC

Outubro 2024

GUIA PRÁTICO PARA REPARAÇÃO DE DANOS ÀS VÍTIMAS DE CRIMES - em parceria com o NAVIC

Março 2025

GUIA PRÁTICO COM PLANO DE SEGURANÇA PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – NAVIC, GEDIR & GOVERNO DA PARAÍBA

Maio 2025

PROTOCOLO DE PROMOTORIA – TODOS OS CAOS

Agosto 2025

CARTILHA DO PLID - PROGRAMA DE LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE DESAPARECIDOS - em parceria com o GEDIR



Agosto 2025

CARTILHA DE IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA

do Sigilo do Nome da Ofendida nos Processos em Que se Apuram Crimes

Praticados no Contexto de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - em parceria com a CGMP, o NAVIC & o GEDIR

Cumprimento efetivo do artigo 17-A da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), inserido pela Lei nº 14.857/2024.

SEGURANÇA PÚBLICA

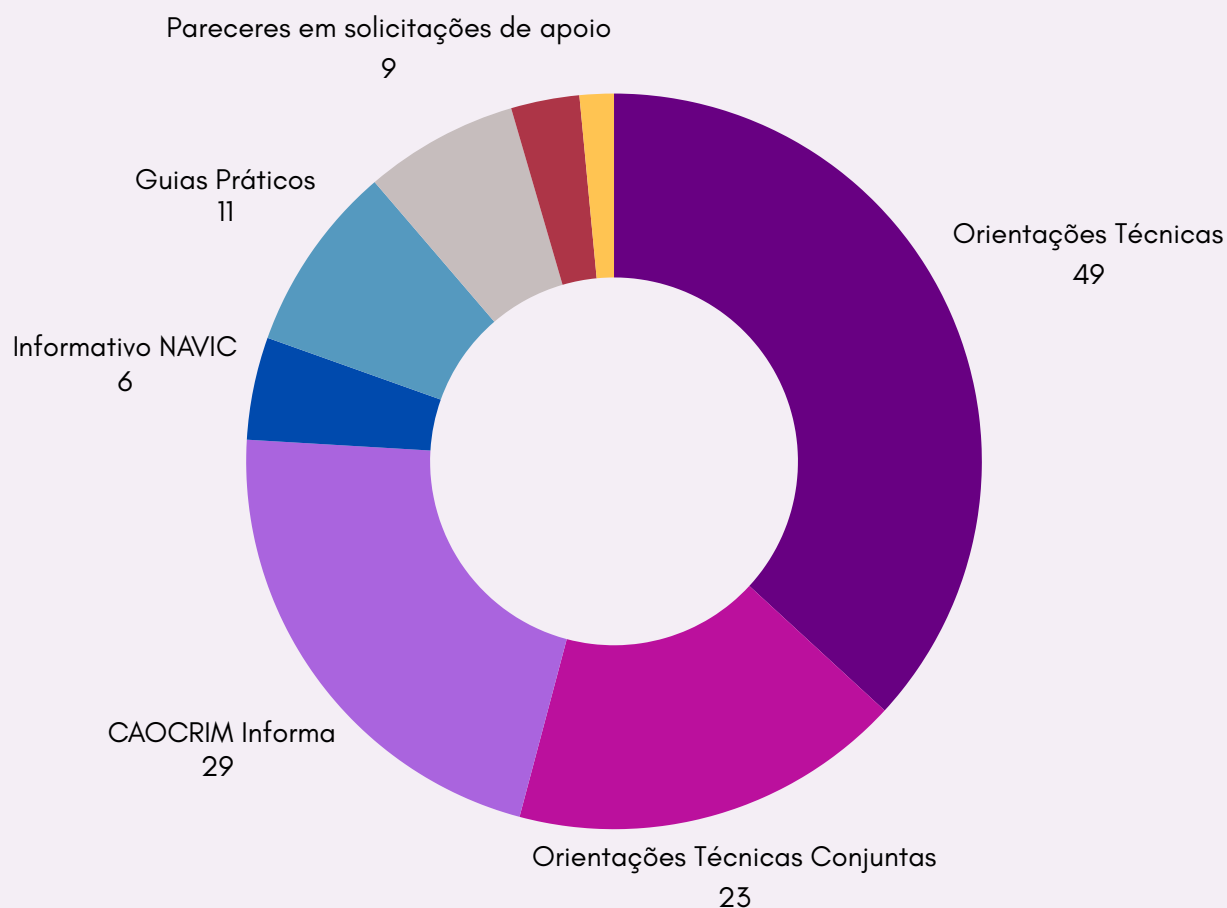
Recomendação NCAP CAOCRIM 02 2022 - Ingresso em domicílio.

Recomendação NCAP CAOCRIM 05 2025 - Reconhecimento de pessoas.

Solicitações gerais à Polícia Militar NCAP CAOCRIM – março, 2022.

Solicitações gerais à Secretaria de Segurança Pública - NCAP CAOCRIM – março, 2022.

GRÁFICO DE PRODUÇÕES - 2021 | 2025



EQUIPE DO CAOCRIM/NAVIC

COORDENADOR DO CAOCRIM E DO NAVIC:
RICARDO ALEX ALMEIDA LINS

PROMOTOR DE JUSTIÇA COORDENADOR AUXILIAR DO NAVIC
RODRIGO SILVA PIRES DE SÁ

MÁRCIA TRINDADE CRISPIM - ASSESSOR V DE APOIO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
INEZ CÂNDIDO LEITE - TÉCNICA MINISTERIAL EFETIVA DO MPPB